

## **Declaração do Administrador do PNUD sobre o Dia dos Direitos Humanos de 2021**

Como nunca antes na história recente, a ameaça sem precedentes da pandemia da COVID-19 está a levar muitos países a limitar os direitos humanos. Cerca de 90 países em todo o mundo, por exemplo, aprovaram leis ou tomaram medidas para restringir a liberdade de expressão durante a pandemia. No entanto, o que aprendemos é que os direitos humanos e princípios como a igualdade e a não discriminação têm de ser parte da solução. O acesso crucial, acessível e não discriminatório à vacina é uma prioridade global, mas ainda está muito longe de o ser. Como mostra o Painel Global para a Equidade da Vacina, em países de alto rendimento: uma em cada duas pessoas foi vacinada com pelo menos uma dose da vacina. Em países de baixo rendimento, esse número é de apenas *uma em cada 12*. No seu conjunto, não é um jogo de soma nula de liberdades fundamentais versus saúde. O resultado final é que todos os países precisam assegurar que os direitos humanos sejam o pulsar do coração da recuperação socioeconómica.

As Nações Unidas (ONU) estão na linha da frente dos esforços globais para apoiar os países a proteger, respeitar e cumprir os direitos humanos para todas as pessoas. No entanto, as represálias contra os defensores dos direitos humanos continuam a aumentar. 331 defensores foram mortos em 2020 – sendo que dois terços desses mortos estavam a trabalhar para proteger o ambiente, a terra e os direitos dos povos indígenas. Em todo o mundo, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) está a ajudar mais de 40 Instituições Nacionais de Direitos Humanos, que são também defensores dos direitos humanos, a prestar aconselhamento aos governos com base em direitos vitais. De facto, o Apelo à Acção para os Direitos Humanos do Secretário-Geral das Nações Unidas chama a atenção para a necessidade crescente de respeitar os direitos das gerações futuras. Como parte desta mudança de pensamento, estamos agora a começar a ver cidadãos de todo o mundo a invocar direitos legais e constitucionais para responsabilizar os seus governos em áreas chave como as alterações climáticas. E em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu que ter um ambiente limpo, saudável e sustentável é um direito humano global. No entanto, notavelmente, cerca de 3,7 mil milhões de pessoas permanecem "encurraladas" fora de linha, limitando a sua capacidade de ter uma palavra a dizer em áreas vitais como as alterações climáticas. Por conseguinte, a ONU está a apoiar os esforços para a implantação de uma Internet de banda larga acessível. E está a ajudar a dotar as pessoas com as competências digitais de que necessitam para se envolverem activamente nas políticas e processos que afectam as suas vidas e meios de subsistência, ao mesmo tempo que salvaguardam os seus direitos humanos. De facto, muitas pessoas enfrentam dificuldades de acesso a serviços básicos que estão cada vez mais a ser digitais, e a afectar negativamente os seus direitos. No entanto, esforços como a iniciativa Tech for Democracy do PNUD e da Dinamarca estão a ajudar a identificar novas formas de alavancar a tecnologia digital para fazer avançar a democracia e os direitos humanos.

Com mais de 90 por cento das metas dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) correspondentes às obrigações em matéria de direitos humanos, o PNUD está a apoiar os países a cumprirem as suas obrigações em matéria de direitos humanos - não só porque é a coisa certa a fazer, mas também porque é fundamental para alcançar os ODS. Veja-se, por exemplo, a América Latina onde o PNUD está a apoiar a análise de quase 1.500 recomendações sobre direitos humanos, com o objectivo de acelerar o progresso numa série de objectivos dos ODS. Ao Paquistão, onde o PNUD e o ACDH estão a ajudar a acompanhar digitalmente o progresso do país em direcção aos seus compromissos em matéria de direitos humanos e de ODS. Ou para no Botswana, onde o PNUD apoiou o Governo a aderir à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a integrar plenamente os direitos das

peças com deficiência no quadro legal do país. O PNUD está também a apoiar a implementação dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos, que ajudam os Estados e as empresas a prevenir, abordar e remediar as violações dos direitos humanos cometidas em operações comerciais.

Guiado pelo nosso novo Plano Estratégico 2022-2025, o PNUD continuará a responder ao Apelo à Acção para os Direitos Humanos do Secretário-Geral da ONU e a trabalhar com países e comunidades para integrar os direitos humanos em todas as facetas do nosso apoio. Isto significa chegar primeiro aos mais atrasados, incluindo mulheres e raparigas, povos indígenas, descendentes de africanos, pessoas LGBTI, migrantes, e pessoas com deficiência - apoiando-os a moldar o seu próprio caminho de desenvolvimento. De facto, todo o sistema das Nações Unidas reconhece vivamente que uma abordagem do desenvolvimento baseada nos direitos humanos, na igualdade, inclusão e não discriminação, é a melhor forma de reduzir as desigualdades e avançar rapidamente rumo à Agenda 2030.

Achim Steiner, Administrador, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O tema do Dia dos Direitos Humanos de 2021 relaciona-se com "*Igualdade*" e o Artigo 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos - "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos".